

A GUERRA DO RETORNO

THE WAR OF RETURN

**AUTORES - CLEO ASSUNÇÃO (UFRJ) E
VICTOR OLIVEIRA (UFPA)**

TEXTO SUBMETIDO EM 15/03/2022

TEXTO APROVADO EM 29/03/2022

PALAVRAS-CHAVE: Retorno; Identidade; Conflito Israelo-
Palestino; Polissemia;

KEYWORDS: Return; Identity; Israeli-Palestinian Conflict;
Polysemy;

RESUMO

A resenha se debruça sobre as perspectivas lançadas pelo livro "A Guerra do Retorno" de Adi Schwartz e Einat Wilf, acerca do conflito israelo-palestino e de todos os atravessamentos para a resolução deste, que compreendem interpretações diversas acerca de conceitos como direito internacional, território, cidadania, identidade, espiritualidade e pertencimento.

O texto é construído acompanhando a linearidade da obra analisada e tem por objetivo tecer uma crítica de teor acadêmico a diversos aspectos do livro, como às ferramentas de narrativa e discursiva utilizadas pelos autores. Por fim, é importante salientar, que apesar de bastante enxuto, o texto conserva e traduz em uma análise harmoniosa todas as interpretações e a tese central da obra principal.

ABSTRACT

The review focuses on the perspectives launched by the book "The War of Return" by Adi Schwartz and Einat Wilf, about the Israeli-Palestinian conflict and all the obstacles to its resolution, which include different interpretations of concepts such as international law, territory, citizenship, identity, and spirituality. The text is built following the linearity of the analyzed book and aims to weave an academic critique of various aspects of the book, such as the narrative and discursive tools used by the authors. Finally, it is important to point out that the text preserves and points to a harmonious analysis of all of the interpretations and the central thesis of the main work.



INTRODUÇÃO

Em “A Guerra do Retorno”, Adi Schwartz e Einat Wilf fazem um aparato histórico, social e político da situação entre Israel e Palestina, com especial enfoque na resolução da alocação de pessoas nesses territórios, tendo o cuidado de fazê-lo sob a perspectiva cronológica que parte da criação do Estado de Israel. Por isso, a cada início de capítulo, os autores mantêm a conta de um número de refugiados da situação. Contudo, vale trazer à baila que os autores são favoráveis à solução de dois Estados, não escrevendo uma ode à Israel em detrimento da Palestina. É evidente, ao longo do texto, que os autores têm uma clara preocupação em expor os dois lados da situação, de forma racional e pragmática, sem cair em armadilhas que se encontram no debate raso sobre o Oriente Médio.

Desde o prefácio, os autores indicam a virada de perspectiva que ambos tiveram ao longo do tempo. O pessimismo, sentimento inevitável em um conflito de mais de 70 anos, se fez presente na análise dos autores a partir do posicionamento inflexível das lideranças palestinas. A partir de então, Adi e Einat deram início a uma pesquisa investigativa sobre as reais causas do conflito, e encontraram, na questão dos refugiados, a centralidade do problema. Mais precisamente, ambos perceberam que existe uma profundidade e pluralidade do entendimento do termo “retorno” para os palestinos e que, conseqüentemente, geram dilemas fundamentais na resolução do conflito. Por conseguinte, segundo os autores, o estudo do conflito Israelo-Palestino deve ser baseado em uma análise minuciosa das características socioantropológicas e nas narrativas de ambas as partes do conflito.

Por isso, a estrutura do livro conta com um exame histórico conciso, que é amparado por uma análise política cuja cientificidade se traduz na escolha possível para a solução de dois Estados, muito embora não perca o foco na questão dos refugiados, cujo drama humanitário não pode passar despercebido, haja vista que ambos autores são de tradição mais progressista. Einat Wilf, por exemplo, foi membro do Knesset, pelo Independência e pelo Partido Trabalhista, partidos de centro-esquerda cuja inspiração é a social-democracia, tendo sido muito atuante em questões de gênero na política israelense, tão bem como de integração de palestinos à sociedade em Israel.



Já Adi Schwartz, que é jornalista, possui menos ligação com a política, porém sua atuação profissional caminha junto ao tema social. Especializado na questão Israel-Palestina, também advoga pela solução dos dois Estados, e reconhece que o histórico de tentativas de solucionar o impasse é sabotado frequentemente por uma parcela da sociedade internacional.

Com isto em mente, deve-se dizer que a presente resenha não tem por objetivo emitir um juízo de valor no que diz respeito a opiniões pessoais, mas sim expor pontos do livro, e trazer à baila elementos que ajudem a desconstruir alguns termos que pessoas menos familiarizadas com a questão palestina possam deparar-se. O método empregado é de cunho descritivo, apoiando-se num exame bibliográfico da presente obra, além de relatos históricos e análises políticas e sociais que substanciam o teor descritivo do texto, sem que se recorra a um viés personalista, o qual desvirtua o objetivo do trabalho, o qual é expor descritivamente o livro “A Guerra do Retorno”, a fim de deslindar certos pontos do livro e da situação entre Israel e Palestina de forma objetiva e desvinculada de visões pessoais.

Por fim, é imperioso acrescentar que as opiniões dos autores do livro podem parecer um pouco conflitantes para um leitor brasileiro que consome o livro com a ótica da política nacional, uma vez que as divisões entre esquerda-direita em Israel diferem diametralmente daquelas experienciadas no Brasil.

1. A QUESTÃO DO “RETORNO”

A questão da Partilha, os assentamentos, os dilemas envolvendo os acordos de paz, as medidas israelenses de segurança nacional e a questão dos refugiados são alguns dos principais objetos de estudo do conflito Israelo-Palestino. A busca por um problema tangível e, conseqüentemente, uma solução prática, é um hábito que tem sido bastante prejudicial para a resolução do conflito, posto que obscurece o verdadeiro ponto de origem do problema.

De acordo com os autores, os estudos realizados em busca da origem real do conflito fizeram com que ambos compreendessem que esse princípio não se encontra em questões materiais, práticas e tangíveis, mas apenas se manifesta nelas. Em verdade, a fonte do conflito se encontra em um imaginário coletivo, em uma questão identitária profunda que define e mobiliza os povos. Isto posto, os autores analisam ao longo do livro essa força imaginária coletiva que está por trás dos pontos de inflexibilidade de ambos os lados e em uma reivindicação constante por um “Direito ao Retorno” pelos palestinos.



A partir de tais concepções basilares, Adi e Einat examinam detalhadamente a narrativa palestina. Cabe destacar, no entanto, que as conclusões apresentadas pelos autores se baseiam em opiniões e discursos proferidos por lideranças e personalidades palestinas, não cabendo ao leitor, portanto, realizar generalizações sobre os discursos inflamados. As reivindicações pelo Direito ao Retorno, como mostrado ao longo do livro, se fazem presentes desde 1948, ainda que de formas distintas. No entanto, como supracitado, tal reivindicação não deve ser observada apenas de forma prática, ou seja, apenas como o retorno dos refugiados palestinos para as suas cidades e residências de origem, mas deve-se explorá-la de forma semântica.

Destarte, a análise do “Direito ao Retorno” será apresentada nesta resenha como uma polissemia do “Retorno”, isto é, a pluralidade de entendimentos e significados dados pelos palestinos ao termo “retorno”. São eles: O retorno como *Jihad*; Como estratégia; Como um mito de justiça fundamental; E como um instrumento político.

1.1 O RETORNO COMO *JIHAD*

O primeiro significado apontado pelos autores é o de retorno como *Jihad*, porém não a *jihad* interpretada como a Guerra Santa. A *Jihad*, nesse caso, deve ser vista com um sentido espiritual mais profundo, onde se busca a restauração da honra e a sublimação do Islã. O fim de Israel e a hegemonia sobre toda a região da Palestina significa uma vitória do mundo muçulmano sobre o ocidente pagão que não se deve apenas aos acontecimentos do século XX, mas que vinga um sentimento de humilhação que se iniciou com o fim da Era de Ouro.

Em interpretações fundamentalistas, o cumprimento desse objetivo depende de dois fatores básicos. Primeiramente, depende de uma superação da humilhação através da derrota do inimigo. Como é mostrado pelos trechos dos discursos das lideranças árabes e palestinas, os episódios de humilhação e o inimigo não possuem uma data ou um nome único, estando o ódio contra Israel inserido em um contexto muito mais amplo e antigo de rivalidade com o ocidente. Sendo assim, como mostrado no livro, a fundação e a consolidação do Estado de Israel na região da Palestina são vistas como mais uma tentativa ocidental de colonizar o povo árabe. A *Nakba*¹, nesse sentido, representa não só as perdas e o sofrimento ocasionado pelo

¹ Termo árabe cunhado por Constantine Zurayk para denominar a derrota árabe ocorrida em 1948 contra o recém criado Estado de Israel. O termo, que em português é conhecido como “Catástrofe da Palestina”, foi criado com a intenção de transmitir todos os sentimentos e pesares dos palestinos sobre a perda, a derrota e a humilhação irreparável que foram ocasionados pela criação do Estado de Israel.



surgimento do Estado de Israel, mas sim uma “catástrofe” caracterizada pela retomada do sentimento de derrota e humilhação presentes no imaginário coletivo árabe desde a baixa Idade Média.

Em segundo plano, deve-se estabelecer e manter a hegemonia árabe e islâmica através da presença massiva de árabes, sobretudo em regiões anteriormente ocupadas por estrangeiros. A presença árabe mantém os costumes, tradições e valores considerados corretos, bem como permite maior poderio e representação política. Conseqüentemente, o cumprimento do objetivo do retorno como *jihad* implica no impedimento do reconhecimento do Estado de Israel e de sua soberania sobre a região da Palestina.

Os autores demonstram ainda como o entendimento do retorno como *Jihad* é fundamental para inviabilizar uma resolução de paz hoje ou nas próximas gerações. O ódio e o ressentimento contra Israel, mesclados à vontade de restaurar a honra árabe, são repassados de forma inflamada para as próximas gerações. Os campos de refugiados, conseqüentemente, são pontos de inúmeras irregularidades. No livro, são apresentados discursos, documentos e relatórios sobre os comportamentos violentos e conteúdos doutrinários presentes no material didático dos jovens refugiados. A educação, portanto, tornou-se um dispositivo para a violência e extremismos.

Mas, sem dúvida, foi o sistema educacional da UNRWA que se tornou um dos mais importantes **instrumentos da construção da consciência nacional palestina**. Esse amplo sistema educacional para os refugiados, somado ao fornecimento da instrução acadêmica básica, possibilitou a construção de uma consciência nacional independente por meio da poesia, narração de histórias, música, arte e teatro. Como Khaled al-Hassan, líder do Fatah, reconheceu muito mais tarde, enquanto as células de terror do Fatah apenas podiam treinar um agente por vez, **as escolas da UNRWA podiam treinar os corações das massas**. (SCHWARTZ; WILF, 2021, p. 157) (grifo nosso).

Outrossim, Einat e Adi reforçam, no decorrer de sua obra, a necessidade que as lideranças palestinas têm em manter o conflito em aberto. Novamente, as questões abstratas e identitárias do povo são o ponto central do conflito. O sentimento de humilhação e derrota impressos no imaginário árabe criam um senso forte de perseverança em restabelecer a honra do povo. Dessa forma, enquanto o conflito se manter em “aberto”, não há ganhador ou perdedor, permitindo assim que as lideranças palestinas tenham justificativas e instrumentos para mobilizar o povo contra Israel.



1.2 O RETORNO COMO ESTRATÉGIA: O CAVALO DE TRÓIA

De acordo com os autores, a prorrogação do conflito passou a ser utilizada ao longo do tempo como uma estratégia política palestina. Além de manter o povo engajado na ideia de restabelecer o poderio árabe sobre a região, as lideranças palestinas conseguem, através dos discursos sobre um “direito” ao retorno, engajar também a comunidade internacional a seu favor. O direito ao retorno se torna, ao longo dos anos, um instrumento político que distorce a realidade e constrói uma personalidade injusta e desonesta para Israel. A manipulação da opinião pública em escala internacional configura, assim, o prolongamento intencional do conflito Israelo-Palestino convertido agora em uma guerra de narrativas.

O retorno como estratégia é justificado pelos autores a partir de uma série de mudanças que ocorrem no discurso e no posicionamento das lideranças palestinas. O posicionamento inflexível sobre qualquer reconhecimento ou contato dos palestinos com Israel, se altera, ao longo dos anos, para um uso político inteligente da reivindicação de um dito “direito”. À vista disso, o posicionamento palestino se torna, apesar de insistente em relação ao retorno dos refugiados, mais flexível em relação à Israel. No entanto, de acordo com os autores, a mudança do discurso sobre retorno de refugiados ao território de Israel não é fomentada por uma motivação pró-paz, mas como uma estratégia de guerra.

Pouco depois, contudo, a liderança palestina mudou radicalmente de posição sobre a questão dos refugiados. Se, inicialmente, rejeitavam o retorno dos refugiados porque, na sua visão, isso acarretava no reconhecimento do *status quo* pós-guerra, logo perceberam o contrário, ou seja, que um retorno poderia de fato abalar o *status quo* e minar a existência do Estado de Israel. Seja por razões demográficas ou de segurança, era óbvio que o retorno massivo dos refugiados significaria a retomada da guerra. (SCHWARTZ; WILF, 2021, p. 60) (p. 60 - 73- 80).

Semelhante ao estratagema do Cavalo de Tróia, Einat e Adi apontam a plano de formação de uma quinta-coluna² palestina dentro de Israel através do retorno dos refugiados. Essa quinta-coluna, planejada pelas lideranças palestinas, visava introduzir uma massa de refugiados ao território israelense suficientemente forte para construir uma maioria política

² Quinta-coluna é termo que surgiu durante a Guerra Civil Espanhola para caracterizar aqueles indivíduos que residiam na capital, Madrid, e apoiavam as quatro colunas que lutavam contra o governo da Frente Popular Republicana. Após essa experiência histórica, o termo passou a ser utilizado para caracterizar indivíduos ou grupos que se infiltram, de forma secreta ou não, em determinado território inimigo, que está prestes a entrar em guerra ou já se encontra em conflito, para criar uma base de apoio clandestina e servir como uma rede de espionagem para os aliados.



palestina no Estado de Israel. Além da dominação cultural e política, essa quinta-coluna seria responsável ainda por introduzir células terroristas, implodindo o Estado de Israel de dentro para fora. A partir dessa perspectiva, os autores apontam como a definição de refugiado foi modificada intencionalmente para servir aos propósitos estratégicos, criando uma população refugiada que corresponde a mais da metade da população israelense em termos quantitativos.

1.3 O RETORNO COMO UM MITO DE JUSTIÇA FUNDAMENTAL

A crítica mais contundente que os autores fazem enquanto problema à solução do imbróglio seja a atuação da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo – UNRWA, em inglês, uma vez que esta agência é responsável pelo recenseamento dos palestinos espalhados por países como Jordânia e Líbano. Entretanto, é preciso distinguir o teor da crítica dos autores feita em relação à UNRWA. Para eles, há um desvirtuamento na atuação da organização, uma vez que ela deveria servir como apoio para integrar os palestinos à sociedade na resolução dos dois Estados, mas, na verdade, servem como empecilho, inflacionando números de refugiados.

Ao fazê-lo, a UNRWA vai contra as tentativas de conseguir uma paz duradoura, haja vista que tal atuação cria rugas entre países, e acaba por servir de meio para que Israel seja considerado o principal problema para o estabelecimento da paz. Por conseguinte, estabelece-se a narrativa do ‘direito de retorno’, apoiada exatamente na suposta negativa de Israel nas negociações para a paz. Esta visão deturpada e falseada da realidade encontra guarida em segmentos importantes da academia e mídia, em ambientes notadamente antisemitas e antissionistas.

Entretanto, para o leitor médio, pode parecer intimidador a ideia de que negar o ‘direito de retorno’ pode ser o caminho para a paz. Pois bem, os autores também acreditam no mesmo; não obstante, estruturam seus argumentos alicerçados no direito à existência do Estado de Israel, o que não é possível com o ‘direito de retorno’, o qual é terminantemente contra a existência de um estado judeu. A propósito, o uso geopolítico desta narrativa é também abordado pelos autores, os quais não perdem de vista as conformações políticas do mundo árabe, e como este conjunto de países – nem sempre coesos entre si – se comportaram



na esfera internacional em relação à Israel em determinados momentos históricos, como a Guerra Fria.

Para além de uma simples situação geopolítica, os autores deixam claro que o passado colonialista na região tem uma influência pesada nas tratativas da paz, uma vez que deixaram mais problemas que soluções e, na mesma linha, as posições adotadas por organizações internacionais reiteram problemas sociais cristalizados. Por isso, os autores sempre lembram o parágrafo 11 da resolução 194 da ONU, o qual é utilizado pela reivindicação palestina, e afirma que os refugiados que tenham a intenção de retornar aos seus lares e viver em paz com seus vizinhos, em território israelense, deveriam receber autorização expressa para fazê-lo. Não há uma definição clara e objetiva para tal ação, uma vez que a resolução é feita em tom condicional e vago.

1.4 O RETORNO COMO INSTRUMENTO POLÍTICO

Entretanto, a ideia de um direito do retorno, aos que apoiam-na, parece ser um ponto pacificado já na jurisprudência internacional, se levados em consideração casos como de Ruanda ou Bósnia. Ocorre que, no caso israelense, deve-se levar primeiramente a existência de um Estado judeu, e os problemas postos à este ente. Aceitar sumariamente os números inflacionados da UNRWA (5 milhões de pessoas) seria também minar Israel em termos funcionais. Ainda mais quando esta organização cria uma categoria de refugiado, o ‘refugiado permanente’. Esta classificação complica mais ainda o problema da resolução, e deixa evidente que uma paz acordada e estável entre as partes envolvidas no processo parece distanciar-se mais no horizonte. Parece ser mais uma tentativa de enfraquecer Israel do que realmente chegar-se a um ponto de equilíbrio.

No mais, é uma atuação política cuja finalidade passa por cima de convenções humanitárias e solapa a governança global sobre Direitos Humanos. Os autores mostram, com bases informacionais e históricas, como estes refugiados têm servido de massa de manobra por governos de outros países, e também pelo Hamas, grupo terrorista que tenta assumir a roupagem de um ‘partido político’, mas cujo objetivo é a extirpação de Israel.

Observa-se, então, que a situação assume uma figura de nuances pouco claras, e da qual não se tem muita certeza dos próximos passos. À primeira vista, deve-se reconhecer que muito foi feito, e as rodadas de negociação ao longo do tempo ao menos serviram para



estabelecer bases de entendimento mais plausíveis, porém a questão humanitária parece ser mais labiríntica. E isto não se sobrepõe ao direito à autodeterminação dos povos. Até porque os autores deixam claro que a solução de dois Estados se assenta justamente sob esta premissa, e que também é um desejo de parte considerável da população israelense, tão bem como dos palestinos integrados à sociedade de Israel.

Estes cidadãos, integrados à uma economia moderna e potente, cujos frutos são alta taxa de desenvolvimento humano, promoção da educação de ponta e taxas baixas de desemprego, são também favoráveis a uma solução que produza os mesmos efeitos para mais pessoas. Obviamente, ser utilizado como massa de manobra por organizações terroristas e organizações internacionais de índole duvidosa é um obstáculo à essa aspiração.

Nessa linha, argumentam os autores, os palestinos e israelenses mais jovens parecem convergir a um entendimento de que é preciso debater uma solução que traga a estabilidade para a região e para os povos que ali se encontram. Também afirmam que a mudança de mentalidade de governos e sociedades na região dão alguns indícios de que se pode estabelecer um diálogo mais franco, e que não desbanque para a extirpação de Israel do mapa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se, portanto, que a polissemia do retorno, isto é, os diferentes entendimentos e usos do “Direito do Retorno” são, para os autores, as reais causas para a perpetuação do conflito Israelo-Palestino. Em seu caráter polissêmico, o retorno é usado pelos palestinos como uma forma de redenção espiritual, como uma estratégia de guerra, como um direito inalienável e como um instrumento político. Cada um desses significados podem ser vistos ao longo da história do conflito Árabe-Israelense e seus inúmeros acordos de paz que não foram bem-sucedidos.

A riqueza intelectual trazida na obra de Einat e Adi, conduz os leitores a uma compreensão aprofundada sobre as raízes do conflito. Além de resgatar a importância da perspectiva subjetiva e da centralidade dos aspectos identitários nas análises da guerra, os autores apresentam ainda como a comunidade internacional se entranha de forma complexa nos conceitos do conflito e fortalecem continuamente os dilemas dos processos de paz.



As organizações internacionais, com destaque para a ONU, reverberam um paradigma “ocidentalmente” formatado que desconsidera os aspectos conceituais e identitários dos povos em suas intervenções humanitárias. As políticas para a paz conduzidas pela comunidade internacional e apoiadas pela mídia, nesse sentido, trabalham paradoxalmente em prol da perpetuação e da impossibilidade de mediação do conflito Israelo-Palestino. A UNRWA, por exemplo, através de sua ingerência operacional e política prejudicou a construção de diálogos efetivos entre as partes sobre a questão dos refugiados palestinos.

Em suma, a presente resenha busca apresentar ao leitor um recorte central dos pensamentos expostos pelos autores em sua obra. A partir das perspectivas apresentadas aqui, espera-se possibilitar uma compreensão mais profunda e ampla sobre o conflito Israelo-Palestino, bem como possibilitar uma visão clara sobre o papel desempenhado pelos diferentes atores internacionais que compõem esse teatro geopolítico na região do Levante.